

Art. 40. A área destinada para inhumação dos acatholicos ficará sujeita ao regulamento quanto ás condições sepulchraes

Art. 41. Toda a receita do movimento do cemiterio é exclusivamente pertencente á camara municipal, excepto a décima porte do pro ducto, que se deduzirá para a fabrica da igreja matriz.

Art. 42. Os livros necessarios para o serviço do cemiterio será fornecidos pela camara, abertos, numerados, rubricados e encerrados pelo presidente.

Art. 43. Os livros jamais sairão do archivo do cemiterio, cumprindo aos interessados pedir ao administrador as certidões, pagando-lhe os emolumentos que em casos analogos cobra o secretario da camara.

Art. 44. Approvado pelo poder competente o regulamento, e benzi-lo o cemiterio municipal, este começará a funcionar, e cessará o enterramento no cemiterio antigo.

Art. 45. Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida resolução pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O secretario desta provincia a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no palacio do governo da provincia de S. Paulo, aos 22 dias do mez de Maio de 1882.

( L. S. )

FRANCISCO DE CARVALHO SOARES BRANDÃO.

Publicada na secretaria do governo da provincia de S. Paulo, aos 22 dias do mez de Maio de 1882.

João de Sá e Albuquerque.

## N. 13

O conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão, presidente da provincia de S. Paulo, etc.

Faço saber a todos os seus habitantes, que a assembléa legislativa provincial, sob proposta da camara municipal da cidade de S. Carlos do Pinhal, decretou a resolução seguinte :

### **Regulamento para o cemiterio da cidade de S. Carlos do Pinhal**

#### **CAPITULO I**

Art. 1.º O cemiterio publico da cidade de S. Carlos do Pinhal, sob a invocação do Cemiterio de S. Carlos, é da exclusiva administração da camara municipal, que a exercita por empregados de sua nomeação

Art. 2.º A área do cemiterio será dividida segundo a planta e instrução dadas pela camara ; será fechada por muros de dois metros e vinte centímetros de altura, e terá no centro uma capella decente.

Art. 3.º Haverá sepulturas de duas classes : particulares e geraes. As particulares se consideram por tempo de dez a cincoenta annos, e perpetuamente, mediante intermissão do terreno. Geraes são as que se concedem por tres a cinco annos, com faculdade de se levantar sobre as sepulturas cruces, pedras, grades, ou emblemas que não excedam de dois metros e sessenta centímetros de altura. As sepulturas geraes são de 1.ª e 2.ª ordem ; nas de 1.ª para os enterramentos pelo tempo de cinco annos, é concedida a faculdade de levantarem emblemas ; nas de 2.ª para os enterramentos por tres annos, só é permittido a collocação de uma cruz não excedente a sessenta e tres centímetros de altura, tres annos sómente a menores de sete annos.

Art. 4.º A camara poderá conceder terrenos para irmandades e corporações religiosas, que solicitem ; estas concessões serão gratuitas, salvo o pagamento da taxa geral de cada enterramento.

Art. 5.º Nos terrenos concedidos ás irmandades e corporações religiosas só é permittido sepulturas geraes de primeira e segunda ordens, em conformidade com o art. 3.º Se, porém, as irmandades ou corporações religiosas quizerem algumas sepulturas por dez a cincoenta annos, ou perpetuamente, dentro do quadro que lhes houver sido concedido, pagarão o preço de intermissão do terreno das sepulturas particulares, conforme a tabella.

Art. 6.º Nos terrenos concedidos ás irmandades e corporações religiosas só serão enter-  
rados os irmãos e filhos destes menores e os religiosos.

Art. 7.º As sepulturas particulares serão concedidas mediante pagamento, segundo a  
tabella annexa deste regulamento, sem prejuizo da taxa do enterramento de primeira ordem.  
**Feito o pagamento e recebido o competente titulo passar se-ha a demarcação do terreno.**

Art. 8.º Só poderão ser sepultados nas sepulturas particulares seus proprietarios, mari-  
do e mulher, ascendentes e descendentes, de modo, porém, que nem um corpo seja exhumado  
antes de cinco annos.

Art. 9.º Em caso de morte do proprietario passará a propriedade dos terrenos concedi-  
dos á seus herdeiros ascendentes ou descendentes.

Art. 10.º A propriedade de terrenos de sepulturas particulares é intransferivel e não su-  
jeitos a hypothecas e execução.

Art. 11.º A superficie de terrenos para as sepulturas particulares será de dous metros e  
vinte e dous centímetros de comprimento, sobre um metro e onze centímetros de largura.

Art. 12.º Nas sepulturas particulares poder-se-hão levantar carneiras, tumulos, cenota-  
phios ou monumentos para memoria, sendo, porém, os planos approvados pela camara.

Art. 13.º Fallecendo sem herdeiro o proprietario de alguma sepultura particular revertê-  
rá para o cemiterio o terreno com as obras existentes, com a obrigação, se fôr a concessão per-  
petua e houver algum corpo sepultado, de conservar-se enquanto durar o monumento, e, se fôr  
temporaria, durante o tempo da concessão.

Art. 14.º Nas sepulturas geraes de primeira ordem para se collocar os emblemas que per-  
mitte o art. 3.º pagar-se-ha a taxa declarada na tabella annexa a este regulamento, não sendo as  
irmandades de corporações religiosas isentas desta

Art. 15.º Todas as sepulturas serão numeradas; as sepulturas rasas terão um poste de  
pedra, tijollos ou ferro onde se collocarão os numeros.

Art. 16.º Reverterão para o cemiterio todas e quesever obras existentes nas sepulturas  
geraes que, findo o tempo—trinta dias depois—, não forem reclamadas pelos proprietarios.

Art. 17.º Nenhuma inscripção será posta nas cruzes, pedras sepulchraes, monumentos, etc.,  
sem authorisação do inspector do cemiterio, que mandará reformar quando entenda que é nociva  
á moral e á ordem publica, ou careça de correição.

Art. 18.º O cemiterio publico e actualmente existente nesta cidade, e que foi doado a mu-  
nicipalidade pelo exm. bação do Pinhal, e os que de futuro forem construidos ou já estiverem  
servindo, em qualquer dos pontos do municipio, ficam debaixo da inspecção da camara municí-  
pal e sob o regimen do presente regulamento.

Art. 19.º No caso de vir a fechar-se o cemiterio, a administração fará exhumar os restos  
mortaes existentes em terrenos de concessão perpetua, e fará collocar em o novo cemiterio, de  
modo que se perpetue a memoria da pessoa a quem os mesmos restos pertençam. Nas concessões  
temporarias os restos mortaes exhumados serão, sem distincção, collocados no novo cemiterio,  
salvo havendo pessoa que os reclame para collocar, á sua custa, em logar destinado

## CAPITULO II

### DOS ENTERRAMENTOS

Art. 20.º Enterro algum se fará nos cemiterios do municipio sem previa authorisação da  
autoridade competente, escripta no attestado original do medico que certificar o obito. Em fal-  
ta da autoridade policial o juiz de paz em exercicio, ou o juiz municipal, poderá autorisar. Ex-  
ceptua-se o enterramento de pessoas residentes fóra da cidade, para as quaes bastará o attestado  
do inspector de quarteirão, ou attestado de duas pessoas fidedignas, certificando o obito, com de-  
claração da molestia que constar. Nos quadros reservados aos catholicos não se dará sepultura  
ao cadaver, cuja certidão não trouxer o —sepulte-se—do parochio

Art. 21.º Só depois de vinte e quatro horas do fallecimento poder-se-ha sepultar o cada-  
ver, salvo se a morte fôr por molestia epidemica ou contagiosa, ou se o corpo estiver em estado  
de decomposição e nos casos previstos no art. 21.

Art. 22.º Os medicos, bem como os inspectores de quarteirão que attestarem o obito, de-  
clararão a naturalidade, idade, condição, estado e profissão do finado, a molestia e hora em que  
falleceu.

Art. 23.º Se algum corpo fôr levado ao cemiterio sem qualquer documento, ou fôr en-  
contrado depositado dentro d'elle, ou ás suas portas, o administrador dará logo parte a authorida-  
de policial, retendo as pessoas que o conduzirem, se forem encontradas neste acto. A autoridade  
ordenará o que for de direito e por escripto o enterramento.

Art. 24. Se a autoridade se demorar e o corpo estiver em estado de putrefacção, será sepultado em logar separado de modo que possa ser exhumado, se assim ordenar a autoridade.

Art. 25. As sepulturas para os adultos terão 1 metro e 55 centímetros de profundidade, e 0,66 centímetros de largura, devendo ficar entre umas e outras 0,66 centímetros de intervallo. A terra que se lançar sobre os corpos será socada na altura, sobre ellos, e 0,85 centímetros. As sepulturas para menores de doze annos terão 1 metro e 32 centímetros de profundidade e para os de sete terão um metro.

Art. 26. Por occasião de dar-se o cadaver á sepultura, o administrador verificará a existencia delle dentro do caixão, e suspeitando que ha indício de morte violenta, participará á autoridade policial sobrestando o enterramento.

Art. 27. De cada enterramento cobrará o administrador a taxa determinada no presente regulamento. Os indigentes e presos pobres, porém, sendo a indigencia attestada pelo parochio, serão sepultados gratuitamente, e o attestado se juntará o administrador, as contas que tiver de prestar mensalmente.

### CAPITULO III

#### DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 28. O cemiterio será dirigido por um administrador da livre nomeação e demissão da camara, que terá os serventes precisos nomeados tambem pela camara.

Art. 29. Ao vereador, inspector, compete :

1.º Fiscalisar o restricto cumprimento do presente regulamento.

2.º Decidir as davi-las suscitadas pelo administrador.

3.º Formular um relatório de tudo quanto occorrer, e um mappa dos enterramentos para ser presente á camara em cada sessão ordinaria.

4.º Tomar contas, mensalmente, ao administrador e fazer recolher o saldo ao cofre municipal.

Art. 30. O administrador vencerá a gratificação que fôr marcada no orçamento municipal, e os serventes a diaria que estipular com o administrador, com approvação do vereador-inspector.

Art. 31. Ao administrador incumbem :

1.º Ter sob sua guarda, livros, papeis, utensilios e alfaias do cemiterio

2.º Dirigir todo o serviço do cemiterio, mantel-o em ordem e regularidade, no mais completo asseio e aperfeiçoamento.

3.º Fazer toda a escripturação dos livros, segundo as instrucções da camara

4.º Prestar contas mensalmente ao inspector, e informal-o, em relatório de tudo quanto houver occorrido, fornecendo-lhe um mappa mensal dos enterramentos.

5.º Receber e escripturar o rendimento do cemiterio, qualquer que seja sua origem.

6.º Executar e fazer executar as medidas policiaes do cemiterio, constantes deste regulamento.

7.º Representar a camara, por intermedio do inspector, sob qualquer necessidade do cemiterio, seja sobre obras ou concertos ou utensilios para o serviço.

8.º Todos os annos, no dia 2 de Novembro, ter a capella prompta para as missas que celebrarem, franquear a capella ás pessoas que a queiram visitar, ou fazer celebrar missas.

9.º Satisfazer as requisições das autoridades policiaes.

10.º Executar toda e qualquer medida, e ordem da camara, embora não declarada no presente regulamento.

11.º Fazer assignar semanalmente á fôrta dos servente e a conta de quaesquer despesas, respondendo pela exactidão dellas, para fazel as, sendo ordenado pelo inspector

Art. 32. Aos serventes incumbem : Cavar as sepulturas, fazer os enterramentos, fechar as sepulturas de conformidade com este regulamento e as ordens do administrador, varrer, carpir, remover terra e fazer todo o serviço interno ou externo do cemiterio, segundo fôr ordenado pelo administrador. Para facilitar o serviço terá sempre covas abertas, preventivamente, para adultos, menores e crianças.

Art. 33. Para escripturação haverá além dos livros que a camara julgar precisos, um para o assentamento de obitos, outro para o lançamento da receita e despesa do cemiterio, e outro para registro de ordens e quaesquer correspondencias, todos abertos e rubricados pelo presidente da camara.

§ unico. No livro de obito se mencionará o numero de sepulturas, o anno, dia e mez do enterramento; o nome, cognome, naturalidade, idade, estado, profissão e condição do fallecido, e causa da morte.

Art. 34. As covas serão cavadas em seguida umas ás outras, de modo que a numeração seja seguida. Exceptuam-se os jazigos particulares, que terão numeração especial e serão collo-

cados de accordo com seus instituidores, sem prejuizo, porem, da regularidade e aformoseamento do cemiterio.

Art. 35. Os enterramentos serão feitos em qualquer dia, das oito horas da manhã, ao meio dia, e das tres horas da tarde ao escurecer. Os cadaveres que forem introduzidos no cemiterio fóra dessas horas, serão depositados no lugar para esse fim designado.

Art. 36. E' prohibido o desenterramento de cadaveres, assim como qualquer outra violação de sepultura, salvo os casos de exhumação, determinados por autoridade competente.

Art. 37. As ossadas encontradas nas exhumações, serão depositadas em lugar para esse fim determinado.

Art. 38. Quando na abertura de qualquer sepultura encontrar-se cadaver não consumido, com quanto decorrido o tempo preciso para sua consumpção, será de novo coberto na mesma sepultura, fazendo-se a competente nota a margem do assentamento relativo ao numero dessa sepultura.

Art. 39. Os cadaveres serão sepultados conforme forem levados ao cemiterio, sendo prohibido tirar se-lhes roupa ou outro objecto, salvo, porém, os casos em que pessoas da familia do fallecido, ou que cuidem do enterramento queiram retirar joias, ou outro objecto de estima que estejam ornando o cadaver.

Art. 40. Os cadaveres os quaes são concedidos sepulturas no sagrado, serão sepultados na parte reservada do cemiterio a esse fim destinado.

Art. 41. A qualquer individuo, reconhecido como interessado pelo fallecido, ou seu parente, será permitido tirar a ossada ao tempo da abertura da sepultura para collocar-a em urna ou jazigo no cemiterio, requerendo ao presidente da camara.

Art. 42. Para que haja lugar qualquer enterramento, se faz preciso o pagamento prévio da importancia da sepultura, e os attestados exigidos por este regulamento.

Art. 43. São prohibidos os tumultos e veserias no recinto do cemiterio.

## CAPITULO IV

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 44. Do liquido da receita do cemiterio, deduzir-se-ha a quinta parte a favor da fabrica da matriz.

Art. 45. As infracções commettidas pelo administrador serão punidas com a multa de 10\$000 a 30\$000 e em caso de reincidencia com admissão. A multa será imposta pela camara, em vista do relatorio do inspector.

Art. 46. Ficam prohibidos os enterramentos nas igrejas, ou em outro qualquer lugar, a não ser nos cemiterios publicos. Os contraventores serão multados em 30\$000, e soffrerão oito dias de prisão.

Art. 47. E' prohibido a tirada de cadaveres para fóra do cemiterio, salvo o caso de exhumação por ordem da autoridade e bem assim qualquer violação de sepulturas, tumulos, ou monumentos, sob pena de prisão por oito dias, e multa de 20\$000 a 30\$000.

Art. 48. As pessoas que visitando o cemiterio, não se prestarem com a decencia necessaria serão admoestados pelo administrador, que não sendo attendido, as multará em 10\$000, e as expulsará do cemiterio.

Art. 49. Aquelle que causar damno ao cemiterio, será punido com a multa de 30\$000 ou soffrerá oito dias de prisão, sem prejuizo da acção criminal.

Art. 50. Não se estabelecerão cemiterios particulares sem que a camara designe os lugares, e seja o seu regulamento feito de accordo com a mesma.

Art. 51. Qualquer transgressão do presente regulamento, que não tenha pena declarada, será punida com a multa de 10\$000 a 30\$000.

### TABELLA A QUE SE REFERE ESTE REGULAMENTO

De cada enterramento em sepultura particular, 6\$000.

De cada enterramento em sepultura de primeira ordem, 6\$000.

De segunda ordem, 3\$000.

Para collocar nas sepulturas geraes de primeira ordem, pedras, cruzes, ou grades, pela respectiva licença e, além dos emolumentos, 1\$000.

De enterramento para menores de dez annos, em sepulturas geraes de primeira ordem, 4\$000.

De segunda ordem, 2\$000.

As sepulturas particulares custarão :—0,22 quadrados, por dez annos, 800 réis

Por vinte annos, 1\$200.

Por trinta annos, 1\$500.

Por cincoenta annos, 2\$000.

Perpetuamente, 3\$000.

Art. 53. Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida resolução pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O secretario desta provincia a faça imprimir, publicar e correr

Dada no palacio do governo da provincia de S. Paulo, aos 22 dias do mez de Maio de 1882.

( L. S. )

FRANCISCO DE CARVALHO SOARES BRANDÃO

Publicada na secretaria do governo da provincia de S. Paulo, aos 22 dias do mez de Maio de 1882.

*João de Sá e Albuquerque.*

24

O conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão, presidente da provincia do S. Paulo, etc.

Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial, sob proposta da camara municipal da villa do Belém do Descalvado, decretou a seguinte resolução :

### **Codigo de posturas da camara municipal da villa do Belém do Descalvado**

#### **CAPITULO I**

##### **DO ALINHAMENTO, ELEGANCIA E CALÇAMENTO DAS RUAS E PRAÇAS**

Art. 1.º As ruas e travessas que tiverem de ser abertas nos limites desta villa deverão ter a largura de treze metros e vinte centímetros.

Art. 2.º Haverá um arruador nomeado pela camara, o qual será conservado emquanto bem servir, para fazer os alinhamentos e nivellamentos necessarios, com a assistencia do fiscal e secretario da camara.

Art. 3.º Nenhum predio será edificado ou reedificado com demolição de parede da frente, e bem assim os feichos dos quintaes, que devem ser feitos para as ruas, travessas e praças, sem preceder o competente alinhamento, feito pelo arruador, com assistencia do fiscal e secretario, do que se lavrará um termo assignado pelos tres em livro para esse fim destinado, que será aberto, encerrado, numerado e rubricado pelo presidente da camara. Pelo primeiro alinhamento o arruador perceberá do proprietario de cada frente que alinhar 2\$000, e nada mais em caso de rectificação. O infractor será multado em 10.000 e obrigado a demolir a parte do edificio ou feichos que ficar fóra do alinhamento ; e, não fazendo, fica o fiscal autorizado a mandar fazer á custa do proprietario ; e de cada alinhamento de praça perceberá 10\$000.

Art. 4.º O arruador que recusar-se alinhar ou quizer estabelecer linhas, sem a precisa regularidade, pagará a multa de 30\$000 e será obrigado a indemnisar o danno causado e a fazer novo alinhamento.

Art. 5.º A camara municipal mandará proceder á demarcação dos limites que deve constituir o contorno ou quadro da villa.

Art. 6.º A pessoa que se julgar aggravada pelo alinhamento feito, a requerimento seu ou de outrem, recorrerá para a camara municipal.

Art. 7.º Ficam prohibidas as construcções de casas de meia-agua nas ruas, praças e travessas, ainda mesmo a titulo de ser para portão ; e bem assim as casas cobertas de sapé ou capim de qualquer especie, dentro do quadro da villa, e sejam para que fim forem. Multa de 20\$000 ao infractor, com obrigação de demolir, e, caso não faça, será feito pelo fiscal á custa do proprietario.

Art. 8.º E' prohibido collocar-se nas janellas e portas de frente empanadas ou meias portas que abram para o lado exterior. O infractor pagará 20\$000 de multa. Exceptuam-se as que collocarem os negociantes, desde que não embarassem o transito publico.

